

5 SET 1987

Jogo de inteligência

CORREIO BRASILEIRO

Dividido

O Brasil surpreendeu o mundo financeiro internacional com a sua proposta apresentada aos banqueiros, inovando, por completo, as negociações sobre a dívida externa. Segundo a estratégia montada pelo Ministro da Fazenda, os compromissos de longo prazo serão divididos em dois bolos distintos. Cinquenta por cento seriam renegociados nas bases convencionais e o restante receberia um tratamento especial. O serviço da dívida seria cobrado, somente a partir de 1997, dentro de um cronograma que teria como limite o ano de 2.022. Sobre essa metade incidiria um desconto entre 20 e 25 por cento, correspondendo ao deságio levantado sobre a colocação dos títulos do Brasil no exterior.

Essa em linhas gerais é a colocação brasileira posta nas mesas dos credores. Trata-se de um projeto que tem condições de abrir espaços para entendimentos, retirando o impasse que a moratória colocou nas negociações, dentro de uma visão que convém aos interesses nacionais. A questão está assim colocada com muita objetividade. E, a partir da reação dos banqueiros e do encaminhamento que o assunto possa ter, novamente estarão rodando as engrenagens financeiras do mundo ocidental.

A posição brasileira coloca os bancos estrangeiros numa situação delicada, ao se situarem perante as demais nações devedoras que, somente em relação à América Latina, representam um passivo superior a US\$ 360 bilhões, com inquietantes indicações de que há uma convergência indesejável pa-

ra a inadimplência total, na hipótese de persistirem os custos sociais e econômicos que estão onerando de forma intolerável as nações em desenvolvimento.

O México e a Argentina, em recentes tomadas de decisão, ajustaram compromissos que seguramente não poderão ser sustentados. Os dois países assumiram encargos que inviabilizam uma retomada de desenvolvimento interno, dada a descapitalização das respectivas economias, pela exportação de moeda forte no custeio do rolamento da dívida e os sacrifícios impostos àqueles dois povos, por exigências recessivas.

A questão brasileira, perante os banqueiros, está em suspenso, considerando-se a firmeza das autoridades deste País em reiniciar as negociações em condições que possam ser honradas em sua sustentação e que não fujam da decisão já adotada, em caráter irreversível, pelo presidente José Sarney, de não aceitar sacrifícios maiores para o povo brasileiro e nem comprometer o nosso desenvolvimento.

O País atualmente vive uma situação inversa, em termos de moeda forte. O fluxo de divisas que se orientava para o Brasil, hoje mudou de direção. Sai do País em forma de uma sangria insustentável, como alimentador de capitais externos, financiando o serviço da dívida a economia de nações desenvolvidas, com um inquestionável comprometimento social e econômico interno.

Diante das autoridades nacionais dois obstáculos se antepõem ao equacionamento do problema.

O primeiro deles diz respeito à forma pela qual a proposta brasileira seja medida e avaliada pelos banqueiros. A segunda relaciona-se à moratória, cujos efeitos funcionam nos dois sentidos. Tanto para pressionar os credores quanto para fazê-los temerosos de soluções fora dos padrões convencionais, abrindo novas frentes no sistema econômico do mundo ocidental. Isso em nível externo. Internamente o problema maior está na postura de intransigência de algumas lideranças de peso, executando o Fundo Monetário Internacional para intermediação nos entendimentos e para os devidos efeitos, como avalista-mor do endividamento internacional.

A posição brasileira em termos de concessão às exigências-padrão do FMI está claramente posta. Não cederemos além de certas exigências. A proposta do País está sendo digerida pelos financistas americanos e pelos sócios do Clube de Paris. Se for aprovada nesse primeiro teste de fogo, é bem provável que sejam abertas novas oportunidades para afinal admitir ajustes finais.

O endereço do FMI, no entanto, deve ser exigência formal para a sequência normal das negociações. E nesta altura dos acontecimentos que o Brasil está obrigado a reagir dentro de um alto padrão de inteligência, desde que haja ganhos reais a serem contabilizados nesse contencioso de incertezas onde o País tem que fugir da classificação oprobiosa de devedor relapso. E como alternativa a Proposta Bresser, com protocolo no FMI, tem condições de ser aceita.